



UM MUSEU NA CIDADE: ESTUDO SOBRE A FUNDAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DA BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE NA CIDADE DE PELOTAS (1904)

Daniel Barbier¹

Universidade Federal de Pelotas

barbier.daniel@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as possibilidades para o surgimento do Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense, em 1904, na cidade de Pelotas/RS, como forma de perceber as dinâmicas ligadas à ideia de serviço à comunidade e desenvolvimento quando da organização de um museu. Utilizamos para tanto a delimitação de hipóteses embasadas em revisão bibliográfica específica - trabalhos de pesquisa sobre os museus oitocentistas brasileiros - e comparamos e cruzamos informações com dados levantados em investigação em fontes primárias disponíveis no Centro de Documentação e Obras Valiosas da Bibliotheca Pública Pelotense. Desta feita, percebemos, dentre outras, que o MH-BPP ao se inserir, em seu tempo e contexto, numa rede coerente de museus, revela a existência de interesses menos genéricos e altruístas na sua constituição do que preveem seus documentos e discursos oficiais.

Palavras-chave: Museu e desenvolvimento. História dos museus. Pelotas/RS. Bibliotheca Pública Pelotense.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the possibilities for the arising of Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense in 1904, Pelotas/RS, as a means of understand the dynamics connected to idea of service to the community and development when organizing a museum. We use to the delimitation of hypotheses informed on specific literature review - research on Brazilian nineteenth-century museums - and compared and crossed information with data collected on research in primary sources available in the Centro de Documentação e Obras Valiosas of the Bibliotheca Pública Pelotense. Thus, we see, among others, the MH-BPP when inserted, in his time and context, a coherent network of museums, reveals less generic and altruistic interests in its constitution providing for your documents and official speeches.

Key-words: Museum and development. History of museums. Pelotas/RS. Bibliotheca Pública Pelotense.

INTRODUÇÃO

Os museus consolidaram-se como equipamentos culturais essenciais na configuração urbana das médias e grandes cidades, reflexo de um desenvolvimento que perpassa algumas centenas de anos. Ao mesmo tempo, seus usos na contemporaneidade estão cada vez mais alargados e para lá do serviço à sociedade e ao seu desenvolvimento, como prevê, no Brasil, a Lei 11904/09. O sentido de desenvolvimento, devido a sua concepção genérica, tem merecido uma constante análise por parte dos profissionais das mais diversas áreas e dos mais diversos

¹ Historiador, mestrando pelo PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural/ICH/UFPel.

campos do conhecimento envolvidos com essas instituições. Um cuidado observado longe de um conceito *latu*, mas aproximado, entre outras, à proposta formulada na Declaração da Cidade de Salvador, realizada em 2007, que afirma em suas diretrizes a necessidade invariável de

Compreender cultura como bem de valor simbólico, direito de todos e fator decisivo para o desenvolvimento integral e sustentável, sabendo que o respeito e a valorização da diversidade cultural são indispensáveis para a dignidade social e o desenvolvimento integral do ser humano (Declaração da Cidade de Salvador, 2007).

Assim, no mesmo sentido, lembramos a proposta lançada pelo International Council of Museums (ICOM) no ano de 2008 para o Dia Internacional de Museus, que serviu de mote para se discutir os museus como agentes de mudança social e desenvolvimento e que, cujo entendimento, aproximava-se à valorização das dimensões de equidade social, respeito à diversidade cultural, sustentabilidade econômica e ambiental, além de emancipação política do cidadão. Em outras palavras, uma sintonia com o "museu integral" pensado, em 1972, na mesa-redonda sobre *O papel dos museus na América Latina de hoje* na Conferência da UNESCO em Santiago do Chile.

Apesar do tema não ser novo, ao contrário, como vimos, tem sido motivo de intenso debate ao longo das últimas quatro décadas ao menos, a problemática apresentada na relação entre museus e desenvolvimento não está, de forma alguma, esgotada. Especialmente na atualidade quando, motivo de políticas públicas e grandes financiamentos governamentais, os museus, independente do fluxo de seus visitantes, transformaram-se em instituições estratégicas para se pensar o capital cultural possível via políticas de memória e identidade. Afinal, como bem aponta a resolução adotada pela Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972), "as transformações sociais, econômicas e culturais que se produzem no mundo, e, sobretudo em um grande número de regiões em via de desenvolvimento, são um desafio para a Museologia".

A historiadora Graça Filipe define a relação entre museus e economia da seguinte forma,

Uma vez que os museus não sobrevivem sem recursos materiais, têm de coexistir com o sistema econômico e, em certa medida, interagir com as suas exigências. A missão ou a razão de ser de cada museu justifica o seu financiamento e orienta as políticas e actuações dos que o tutelam, dos responsáveis pela sua gestão, da comunidade com que interage, dos profissionais que o integram. Em teoria, assim pretendemos que aconteça (FILIPE, 2011, p.1).

Portanto, nossa proposta neste trabalho é analisar o comportamento das dinâmicas envolvidas e que configuram o sentido de desenvolvimento na concepção de um museu para determinado conglomerado social, por identificarmos no processo de organização de um museu a síntese de sua identidade junto à sociedade em que está inserido e com a qual se relaciona. Utilizaremos como estudo de caso o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (MH-BPP), fundado por parte da elite local em 1904 numa cidade, Pelotas/RS, localizada na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, com fortes contrastes sociais.

MUSEUS, FENÔMENOS DA SOCIEDADE

A compreensão dos museus como fenômeno social lançada neste trabalho passa por uma percepção do uso social e político da memória na configuração das sociedades através de seus sistemas e sua estrutura². Nosso interesse na dinâmica do surgimento de um museu, tendo como estudo de caso o MH-BPP, aponta para uma conjuntura que envolve diversas

² Candau (2012, p.106) lança, pertinentemente a este estudo, a seguinte provocação: "Se memorizar serve para transmitir, é o conteúdo transmitido ou o laço social que gera a transmissão? Educação, museus, arte, não são formas operacionais de transmissão visando menos transmitir *uma* memória que fazer entrar nas memórias a crença do corpo social em sua própria perpetuação, a fé em raízes comuns e um destino compartilhado, ou seja, uma consciência identitária?"

características peculiares de áreas de conhecimento distintas. Nossa abordagem sobre museu parte da premissa de instituição concebida pela relação entre coletivos, ambientes e tempo, cuja função é resultado das relações de forças e disputas de poder sobre passado (passado como verdade histórica ou construída), dada pela percepção dos usos políticos da memória e sua distinção com a história. Contudo, museus e memória social, vistos sob esse ângulo, carecem de uma abordagem mais profunda, principalmente no que diz respeito a um elo entre as duas categorias, a saber, patrimônio cultural. Parece-nos inviável partir para a análise de resultados de pesquisa desse trabalho sem darmos conta de alguns aspectos relativos a patrimônio, poder simbólico e cultura.

Patrimônio Cultural representa uma denominação ampla, um conceito genérico (PRATS, 1998, p.63), um condensado de significados que parece não querer envolver disputas, conflitos e divisões sociais; ao contrário, está predisposto a abranger a todo mundo e formar consenso sem tocar em nada importante. Sua compreensão social pode ser percebida como análoga a representações de paz, cultura e democracia, por exemplo. Quem pode ser contra a ideia *sui generis* de paz? Da mesma forma, quem pode ser contra o desenvolvimento e preservação do patrimônio cultural? O sociólogo francês Pierre Bourdieu aborda algumas questões inerentes a essas categorias tratadas por ele como símbolos universais. Em sua obra "O poder simbólico", Bourdieu dissecou o simbolismo quanto fenômeno social em busca de seus resquícios de poder. Diz o sociólogo

No entanto, num estado de campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que - sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de "círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma" - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 1989, p.7-8).

Em sua síntese, Bourdieu compreende esse poder simbólico atuando como um conformador de harmonia social capaz de criar solidariedade entre os indivíduos que participam do compartilhamento de determinado símbolo, isto é, uma função social no símbolo que está além dele mesmo³. Na perspectiva sociológica, os símbolos podem representar interesses particulares apresentados como interesses universais "comuns aos interesses do grupo" (BOURDIEU, 1989, p. 10). O sociólogo Norbert Elias (1985, p.27) percebe, ainda, o viés estruturante do símbolo baseado numa trajetória desenvolvida entre a ideia de mito à ideológica, visto que "a atitude dos homens em relação à sua vida em comum, em sociedades de diversos níveis, é ainda muito determinada por imagens de desejos e de medos, por ideais e contra-ideais, numa palavra, por representações mítico-mágicas", como que a origem do símbolo estivesse assentada sobre uma gênese fantástica de natureza religiosa e aspectos escatológicos, o que lhe confere uma aura sacra⁴.

Essa percepção sobre o simbolismo como fenômeno social não pode ser dissociada da categoria patrimônio cultural. Onde patrimônio é um instrumento de imanência cultural nas

³ "Os símbolos são instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social; a integração 'lógica' é a condição da integração 'moral'" (BOURDIEU, 1989, p.10).

⁴ O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma 'illocutionary force' mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é das competências das palavras. (BOURDIEU, 1989, p. 14 e 15).

representações dadas pelas relações sociais é, de modo geral, instrumento de poder simbólico (PRATS, 1998, p.64). O indivíduo, agente estrutural da sociedade, sofre a influência coerciva da própria sociedade da qual ele é formador. Nesse jogo de confluências emanam do patrimônio cultural discursos que ou potencializam as manifestações de liberdade do indivíduo ou de totalitarismos de determinados grupos mais próximos do poder de governo. Em outras palavras, apesar de sua aparente neutralidade, como também de seu discurso oficial de valorização da identidade cultural de um povo⁵, o que se reconhece através de dispositivos políticos e se sela institucionalmente como patrimônio cultural pode despertar uma força contrária à emancipação humana e fortalecer as estruturas de desenvolvimento da indústria mercadológica (CANDAU, 2012, p.158-164; POULOT, 2009, p.197-230).

Assim, apesar do indivíduo ter ações naturais comuns que independem de processos cognitivos, o que vai distinguir sua adesão ou reação às estruturas de governo é o que pode ser identificado por cultura. Na dialética lançada por Elias (1994), indivíduo e sociedade exercem funções mútuas - convergentes e contraditórias - nas estruturas sociais e a categoria patrimônio cultural, podemos dizer, se insere nessa dinâmica produzindo diversos efeitos sobre essa mesma estrutura, ora positivos, ora negativos (PRATS, 1998, p.65). Senão, vejamos. Ao se pensar o patrimônio como bem internacional, ou mesmo da humanidade, almeja-se uma compreensão de universalidade do homem na mesma linha do processo que desembocou na produção de uma História Universal - já superada (LE GOFF, 2003, p.10-12) - colocando o ente Homem como detentor desse bem. Contudo, todo patrimônio não deixa de ser um bem selecionado e classificado, somando-se todos efeitos que a ele podem se associar a partir de então. Ele pertence a um detentor que o utiliza para determinado fim. Neste ponto, a apreensão, incorporação e repetição do discurso pelo sujeito outro (aquele sofre a ação do patrimônio) denuncia um certo ilusionismo. Os roteiros que pretendem estabelecer uma autenticidade e originalidade do bem quanto bem produzido num passado puro e universal acaba por excluir os indivíduos de suas dinâmicas, afinal ele não pertence, ou não se insere, nesse discurso, minimizando, desta forma, seu potencial de transformação social.

De modo complementar, podemos apoiar nossa visão sobre patrimônio cultural na brilhante tese elaborada pela filósofa Hannah Arendt a cerca da expansão do imperialismo europeu entre os séculos XIX e XX. Arendt (2012, p.155) parte da premissa que "a expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo", distinguindo em duas as formas de expansão, a econômica e a política. Expansões, essas, que mais que distintas, são concorrentes.

Contrariamente à estrutura econômica, a estrutura política não pode expandir-se infinitamente, porque não se baseia na produtividade do homem, que é de certo modo ilimitada, pelo menos teoricamente. De todas as formas de governo e organização de povos, o Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque a sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode ser distendida além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados (ARENDT, 2012, p.156).

E segue

"A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa. Com o lema "expansão por amor à expansão", a burguesia tentou — e parcialmente conseguiu — persuadir os governos nacionais a enveredarem pelo caminho da política mundial (ARENDT, 2012, p.156).

⁵ Ver mais nas Cartas Patrimoniais, especialmente a Conferência de Nara de 1994, disponível em www.portal.iphan.gov.br, e no caput do Art 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O resultado, segundo o historiador Eric Hobsbawm (1988), foi, entre os séculos XIX e XX, a superação do local pelo global, da nação pela globalização⁶. Em outras palavras Martín Torres (2002, p.295), "los museos son el producto de su contexto social", isto é, conforme o arqueólogo Pedro Paulo Funari (2007, p.97), citando Fyfe (1998, p.326), "os museus representam o mundo como parte da ordem social, sua taxonomia refletindo, de forma mediada, a *táxis* da própria sociedade". "Esta concepção", continua o autor (p.98), "acompanha os museus *ab origine*, desde sua própria fundação, refletindo a própria hierarquia social na qual surgiu". A museóloga Maria Cristina Bruno sintetizará essas ideias nas seguintes afirmativas:

1. desde os temas mais abrangentes, como os grandes panoramas históricos, as complexas descobertas científicas, a expressiva diversidade das manifestações de celebração, até as biografias, os detalhes de uma produção artesanal e um enfoque temático comunitário, têm recebido a atenção do olhar museológico.
2. observamos, cotidianamente, que ainda hoje os museus servem de interesse político-partidários, à glorificação de indivíduos e classes sociais e às distinções acadêmicas.
3. hoje, é possível afirmar que os museus existem em todos os continentes e tratam todas as questões de interesse da humanidade. Mas é um modelo de instituição que administra os indicadores de memória a partir de muitos paradoxos, que procura equacionar os contrapontos de uma cadeia operatória de procedimentos técnicos e científicos de salvaguarda e comunicação, que convive diariamente com os desafios da manutenção das tradições e da exploração dos caminhos de ruptura (BRUNO, 2006, p.120).

Presentes por todo globo terrestre, os museus tratam de uma prática comum, quase que vulgar, mas inerente à cultura humana, a de juntar, guardar e organizar coisas. Em outras palavras, colecionar. O colecionismo, como prática cultural, acompanha a humanidade a um nível individual, mas também coletivo, desde os tempos mais remotos (BRUNO, 1999, p. 36; POMIAN, 1984, p.55) e indica, dentre outros, uma vontade de memória da qual as coisas, mesmo as banais, são indicadoras (BRUNO, 2006; CONNERTON, 1999, p.42; LOWENTHAL, 1998, p.103). Contudo, ao saírem do plano do real, do contexto que lhe deu origem, para fins de preservação, acabam adquirindo uma nova função, com forte viés cultural de cunho identitário⁷ (CANDAU, 2012, p.159; SANTOS, 2002b, p.117). Os museus, nesse sentido, se configuram entre as diversas instituições como a que melhor define a importância dispensada por determinado grupo a essa prática a um nível mais elevado que as próprias coleções privadas. São eles, em determinado grau, objetos de disputas de poder ao mostrar a significância que um coletivo dispensa à determinada organização e construção da narrativa elaborada sobre essas coisas, cuja função é, a um certo nível, o legitimar globalmente⁸.

⁶ Economistas e historiadores nunca deixaram de discutir sobre os efeitos desse renascimento do protecionismo internacional ou, em outras palavras, sobre a estranha esquizofrenia da economia mundial capitalista. Os elementos constitutivos básicos de seu núcleo, no século XIX, eram, cada vez mais, as "economias nacionais" — a britânica, a alemã, a norte-americana, etc. Entretanto, apesar do título programático do grande trabalho de Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (1776), o lugar da "nação" como unidade não era claro na teoria pura do capitalismo liberal, cujas peças básicas eram os átomos irredutíveis da empresa, do indivíduo e da "firma" (sobre a qual não se dizia muito), movidos pelo imperativo de maximizar os ganhos ou minimizar as perdas. Eles operavam "no mercado", que tinha a escala mundial por limite. O liberalismo foi a anarquia da burguesia e, como o anarquismo revolucionário, não deixava espaço para o Estado. Ou antes, o Estado como fator econômico só existia como algo que interferia nas operações autônomas e automáticas "do mercado". (HOBSBAWM, 1988, p.42)

⁷ Tomamos emprestado o conceito de "identidade" elaborado por Ulpiano Meneses (1993, p.208): "a identidade pressupõe, antes de mais nada, semelhanças consigo mesmo, como condição de vida biológica, psíquica e social. Ela tem a ver mais com os processos de reconhecimento do que de conhecimento. Assim, os conteúdos novos não são facilmente absorvidos quando a identidade está em causa, pois o novo representa, aí, descontinuidade do referencial, logo, ameaça, risco. [...] A Psicologia Social tem ressaltado nos fenômenos de representações sociais o papel determinante da "ancoragem", mecanismo que permite a incorporação do novo por enraizá-lo em algum conteúdo previamente dominado e do qual ele pareceria ser apenas um prolongamento (cf. Moscovi, 1990; Jodelet, 1989). Aliás, a socialização, entendida como forma de criar identidades sociais dos indivíduos, é que garante a reprodução da estrutura social (Cook-Gumperz 1983: 123)".

⁸ Pomian (1984, p.68) percebe que a utilidade e significado da coleção para um coletivo é dado, inevitavelmente, pelo conjunto de informações que ele comunica (ou quer transmitir) através da linguagem. "É a linguagem que engendra o invisível. Fá-lo porque permite aos indivíduos comunicarem reciprocamente os seus fantasmas, e transformar assim

Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, referência no campo dos estudos sobre cultura material e museus, sintetiza essa ideia afirmando que os museus

se caracterizam, precisamente, pela prioridade que neles têm as coisas materiais e pela possibilidade de explorá-las não só cognitivamente, mas também afetivamente. Em suma, os museus dispõem de um referencial sensorial importantíssimo, constituindo, por isso mesmo, terreno fértil para as manipulações das identidades. Seria ocioso lembrar com que facilidade certos objetos se transformam em catalisadores e difusores de sentidos e aspirações: da cruz do cristianismo aos uniformes militares, passando pelas bandeiras nacionais e pelos emblemas publicitários. Trata-se, efetivamente, de fetiches de identidade, de alto poder de comunicação (MENESES, 1993, p.211-212).

Assim, reordenar objetos alegóricos sem vinculação intrínseca demonstra em si mais uma manipulação política ideológica para determinado fim do que uma cientificidade ou outra apelação sublime⁹, como propunham, por exemplo, os museus no séc. XIX (SANTOS, 1996). A socióloga Myrian Sepúlveda dos Santos identifica esta noção ao afirmar que

Os museus dão a impressão de que preservam o passado. No entanto, longe de preservarem um significado eterno inerente a objetos, eles atribuem novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que originalmente foram produzidos.[...] Objetos não são sagrados, nem detêm significados próprios e imutáveis. São os indivíduos que atribuem significado aos objetos. Os museus são agências classificadoras; eles reordenam os objetos que selecionam, segundo critérios próprios (SANTOS, 2002, p. 117).

Por isso, não obstante, compreender o museu em sua integralidade, especialmente as motivações que levaram a sua fundação, é compreender a sociedade que o formatou e o acolheu, nas palavras da museóloga Tereza Cristina Moletta Scheiner,

trabalhar o Museu nas suas diferentes manifestações ajuda ainda a perceber como certas sociedades constroem a sua auto-narrativa: como elas se colocam no mundo, como vêem o mundo, e qual é esse mundo que vêem. O Museu seria, assim, espelho e síntese de um Real que se nos apresenta em multiplicidade: enquanto substância (domínio da filosofia), matéria (domínio da física) ou instância relacional (domínio da comunicação) (SCHEINER, 2008, p.42).

O geógrafo Maurício de Almeida Abreu amplia essa noção ao trazer esse conceito para o campo do estudo da memória das cidades ao afirmar que

o fundamental é que nos conscientizemos que o resgate da memória das cidades não pode se limitar à recuperação das formas materiais herdadas de outros tempos. Há que se tentar dar conta também daquilo que não deixou marcas na paisagem, mas que pode ainda ser recuperado nas instituições de memória (ABREU, 1998, p.14).

Um museu, logo, não deixa de ser uma percepção construída por determinado grupo para determinado fim. Percepção, essa, ligadas em parte às transformações que afetaram determinado grupo ao longo do tempo mas também pela quantidade de memória acumulada por esse mesmo grupo. Os museus, nesse sentido, não deixam de ser uma ferramenta para forçar o estabelecimento de um passado comum dentro de uma comunidade específica, inclusive no que diz respeito a orientar (enquadrar) o progresso que provoca mudanças

num facto social a íntima convicção de ter tido um contacto com algo que jamais se encontra no campo do visível. Além disso, o simples jogo com as palavras acaba às vezes por formar enunciados que, embora compreensíveis, designam todavia algo que nunca ninguém viu. Sobretudo, a linguagem permite falar dos mortos como se estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto. Não só permite, mas obriga, ou melhor, leva inevitavelmente a fazê-lo de uma maneira absolutamente natural e espontânea. A necessidade de assegurar a comunicação linguística entre as gerações seguintes acaba por transmitir aos jovens o saber dos velhos, isto é, todo um conjunto de enunciados que falam daquilo que os jovens nunca viram e que talvez jamais verão".

⁹ Chagas (2002, p.56) lembra que "Interessa compreender que a exposição do acervo vincula-se a um determinado discurso, a um determinado saber fazer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso".

paradigmáticas ao *establishment* dessa comunidade. Vejamos o exemplo do Louvre. Concebido num período de forte ruptura da estrutura francesa quanto comunidade, serviu para unir os franceses neste período em uma genealogia em comum e também para propagandear, ou provar, a superioridade francesa num mundo que se abria cada vez mais à globalização.

Contudo, o próprio termo comunidade precisa ser melhor delimitado para fins de compreensão dos estudos aqui apresentado. Comunidade, partindo de um entendimento weberiano, sinaliza algo que é inerentemente comum a muitos, ou seja, o compartilhamento de valores afetivos, tradicionais, memoriais, entre outros, dados de forma orgânica, com fraca força de escolha. Desde a antiguidade se tem concebido a ideia de que existem coisas, materiais e imateriais, comportamentos, genealogia, hábitos, linguagem, rituais, símbolos, tradições, valores, etc., que por meio das relações sociais são compartilhadas entre indivíduos a partir de pequenos grupos, como os familiares, por exemplo, às complexas comunidades locais, como a *polis*.

Na virada do século XIX, com a expansão da sociologia, o interesse em estudar a sociedade colaborou para a ampliação da compreensão de sua estrutura e de sua forma de reprodução, o que ajuda-nos, hoje, a identificar com melhor precisão como se dão os jogos de poder nas comunidades constituídas. Noção, essa, que vai estar na origem da comunidade tal como estamos estudando aqui. Max Weber (1987) propõe uma diferenciação em dois os tipos de comunidades. Uma tradicional, a comunidade do dia-a-dia, em que há um laço empático entre os indivíduos. E a moderna, fruto da revolução industrial e do aperfeiçoamento do capitalismo, caracterizada por aspectos próprios da globalização, onde os indivíduos compartilham informações apesar de não se conhecerem. Como transformar a harmonia da comunidade local, simples, para a comunidade nacional, global? Será que não era esse o interesse da elite pelotense em vista às suas pretensões?

OS MUSEUS BRASILEIROS NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX E A CIDADE DE PELOTAS/RS

A dinâmica museal nacional na contemporaneidade é destinatária de um processo, tampouco original, transcorrido ao longo do século XIX, quando "surgem os primeiros museus brasileiros com expressiva manifestação dos planos de expansão colonial que marcaram as relações entre a metrópole portuguesa e este país que foi desvelado para o mundo a partir do século XVI" (BRUNO, 2006, p.127). No Brasil, apesar da existência de experiências com museu desde o séc. XVII, foi em 1818, após a instalação da corte e a elevação do Rio de Janeiro à sede da metrópole lusitana, que esta instituição ganhou evidência com a criação do Museu Real, hoje Museu Nacional, ligado à UFRJ (SANTOS, 1996, p.22). Um dos objetivos com esse museu era dotar a nação de certa cientificidade¹⁰, pois, conforme Santos, até a

[...] virada do século [XIX], os museus brasileiros centraram-se na "ciência pela ciência", procurando uma identidade para o Brasil no universo das nações, sendo que não mais como centro, mas apenas como parte periférica do todo. Na composição histórica e universalista do desenvolvimento da civilização ocidental, coube aos museus brasileiros contribuir com a classificação de suas espécies vegetais e animais e populações primitivas (SANTOS, 2002, p.127).

Contudo, observa-se que o surgimento de museus durante o século XIX, no território brasileiro, deu-se de forma tímida e os poucos museus existentes estavam instalados, em via de regra, nas grandes cidades (IBRAM, 2011).

Os trabalhos da historiadora Maria Margaret Lopes (1993), da antropóloga Lilia Katri Moritz Schwarcz (1989, 2013) e de Myrian Sepulveda dos Santos (2000) são fundamentais para a se compreender o surgimento desses primeiros museus. Em suas pesquisas, nota-se que a característica mais evidente dos museus nacionais até o advento do movimento modernista, na década de 1920, era uma concepção de Ciências Naturais. Conforme Santos

¹⁰ Ver mais em MINISTÉRIO DA CULTURA. Política nacional de museus. Brasília: MinC, 2007. p.14.

(2000, p.271), neste período dava-se “ênfase na natureza como fonte de conhecimento científico”.

O vínculo dos museus com políticas de Estado ligadas à memória social e ao patrimônio cultural no Brasil tornou-se mais efetiva, ou evidente, quando os museus passaram a estar condicionados a uma ideia de consolidação de nação (BRUNO, 2006, p.129; SANTOS, 1996). O período mais emblemático se deu com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, em 1937, quando, a partir deste período, a atividade museológica passou a registrar um aumento em suas atividades. Assim, vê-se na década de trinta a expansão dos museus no Brasil¹¹ (SANTOS, 1996, p.23).

O Rio Grande do Sul e Pelotas, na passagem do século XIX para o XX, pareceram seguir, no panorama museal, a mesma tendência nacional dos museus do início do séc. XX, mesmo que apresentando alguns contrastes entre si. Os primeiros museus rio-grandenses, conforme Silva (2001) e Rezende (2010), Museu do Estado (posteriormente denominado Museu Júlio de Castilhos), fundado em 1903, e o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (MH-BPP), 1904, eram museus híbridos com padrão internacional, possuíam acervo variado e natureza enciclopedista com objetivos bastante amplos, associados a uma ideia de Ciências Naturais, História Natural, Antropologia e Etnografia (BRUNO, 2006, p.128; LOPES, 1993, p.249). Contudo, o primeiro foi criado por iniciativa do Estado, o segundo, da sociedade civil.

Voltamos nosso olhar, neste trabalho, portanto, para o caso pelotense, cujas informações na bibliografia apontam para algumas interrogações referentes ao surgimento de seu primeiro museu, bem como para sua atuação nos primeiros anos de atividade. Instiga-nos o fato de uma cidade localizada no interior do Estado do Rio Grande do Sul fazer repercutir a nível local através da criação de um museu, o que não era evidente mesmo nas maiores cidades brasileiras no início do séc. XX.

Assim, para compreendermos os motivos que levaram a fundação do MH-BPP, embasamos nossas análises em hipóteses levantadas durante a pesquisa documental e revisão bibliográfica para que pudéssemos tratar as informações obtidas sobre o contexto da cidade, do museu e dos museus a nível nacional (e internacional) no período delimitado (1904-1905), visto que, conforme Scheiner,

compreender que Museu (fenômeno) não é o mesmo do que um museu (expressão limitada do fenômeno) permite-nos aceitar que ele assuma diferentes formas; permite-nos, ainda, prestar atenção às diferentes idéias de Museu, presentes no universo simbólico dos diferentes grupos sociais (SCHEINER, 2008, p.41).

Isto é, ao estudarmos a origem de um museu revelamos, em muito, as possíveis representações sociais que o definiram e que faziam parte do contexto em que ele estava inserido.

Algumas características que envolvem o tema foram observadas como forma de delimitar e dar clareza ao trabalho. Em primeiro lugar, o local: Pelotas/RS. Esta cidade, situada no extremo sul brasileiro, estava distante do poder e do interesse da Coroa Portuguesa. As bases de sua origem estão localizadas no final do séc. XVII, quando os portugueses fundaram, às margens do Rio da Prata e em frente à principal cidade espanhola da América Platina, Buenos Aires, a Colônia do Sacramento (1680), posto militar de delimitação das fronteiras sulinas e de proteção ao imenso rebanho de gado presente no território oriental do Pampa, que futuramente viria a servir de base para a economia e o desenvolvimento da comunidade pelotense. Através da indústria saladeril, especialmente após a década de 1860, teve seu

¹¹ Contudo, é somente a partir do ano de 2003 que surgem no Brasil, para a área museológica, diversas iniciativas institucionais de fomento e gestão de museus, como as leis federais nº 11.233, de 22 dezembro de 2005, nº 11.328, de 24 de julho de 2006, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, 11.906, de 20 de janeiro de 2009, 12.840, de 9 de julho de 2013, os documentos Política Nacional de Museus: memória e cidadania (2003), Política Nacional de Museus (2007), Plano Nacional Setorial de Museus (2010) entre outros que podem ser conferidos integralmente no sítio eletrônico www.museus.gov.br

desenvolvimento urbano acelerado. Entretanto, esse desenvolvimento promoveu o surgimento de uma cidade com fortes contrastes sociais, isto é, com uma pequena, mas poderosa elite de descendência europeia, uma densa e fortemente discriminada e marginalizada população negra recentemente liberta, além de diversos imigrantes europeus pobres que buscavam a prosperidade no novo continente (MONQUELAT, 2010, 2012, 2014). Em segundo, o período histórico: 1904. Em contraste às experiências vivenciadas no final do regime monárquico¹², Pelotas/RS, então com aproximadamente 30 mil habitantes, já nos primeiros anos da República foi perdendo sua hegemonia econômica para a região metropolitana e serrana¹³. Com a implantação dos frigoríficos no Estado, o charque perdeu força e induziu a uma nova orientação econômica local, além de um rearranjo de poder (MAGALHÃES, 1993). No âmbito museal, representava um período de restrito movimento de museus no Brasil, visto que até a década de 1910 existiam no cenário nacional não mais que dezesseis museus e no Rio Grande do Sul, apenas dois¹⁴ (IBRAM, 2011, p.59). As poucas instituições dessa natureza existente no panorama nacional estavam localizadas nas grandes e consolidadas cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro e não no interior de um país predominantemente rural. Por fim, em terceiro lugar, a iniciativa de empreendimentos sociais, educacionais e culturais em Pelotas/RS foi quase que, até meados do século XX, unicamente movida pela sociedade civil, demonstrando, dessa forma, pouca influência e interesse do poder público no progresso da cidade (OSÓRIO, 1998).

PELOTAS (1904) E O MUSEU HISTÓRICO DA BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE

O presente projeto de pesquisa, ao compulsar metodologicamente uma série de referências bibliográficas especializadas na trajetória dos museus brasileiros do século XIX, tem percebido haver, ao menos, nos mais proeminentes museus do período, a saber, Museu Nacional (1808), Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e Museu Paulista (1895), uma série de características comuns a essas instituições. Essas características, compiladas, serviram de base para a delimitação dos seguintes indicadores prováveis para o surgimento do MH-BPP:

- a) criação de vínculos com a história nacional;
- b) estabelecimento de coleções como expressão e símbolo do *establishment* local;
- c) iniciativa científica regional;
- d) integração ao movimento de museus a nível internacional;
- e) relação com comemorações históricas de alto valor simbólico;
- f) relação com movimento de consolidação da elite local;
- g) surgimento como processo educativo;
- h) surto de desenvolvimento material;
- i) sustentação de teorias raciais, evolucionistas, deterministas e positivistas com fins de estabelecer um conceito de “darwinismo social” em um momento em que se dava a abolição da escravidão e o estabelecimento de imigrantes europeus no Brasil.

Desse modo, a partir da identificação do primeiro acervo reunido pelo MH-BPP, que contava com 1.391 objetos (BARBIER & RIBEIRO, 2014, p.51), e da análise conjuntural desse

¹² Região de enormes conflitos bélicos e de difícil acesso, Pelotas/RS encontrou as condições propícias para o seu desenvolvimento a partir da segunda metade do séc. XIX. Neste período, pra Magalhães (1993), as charqueadas, principais responsáveis pelo movimento econômico local, modernizavam-se; as estâncias, fornecedoras de gado, se disseminavam pela Província; o capitalismo se desenvolvia com a gradativa diminuição do tráfico negreiro e a chegada dos imigrantes; novas indústrias surgiam e o comércio se ampliava; uma elite militar sobrevivente da revolução farroupilha e da guerra contra o Paraguai aumentava sua influência na Corte; a população crescia e prédios suntuosos erguiam-se.

¹³ Interessante notar que o MH-BPP surge em um momento em que a cidade de Pelotas/RS vai perdendo destaque no panorama regional, o que ajuda-nos a pensar no poder simbólico que esta instituição pretende alcançar na dimensão do local, pois, como percebe Bourdieu (1983, p.14), “é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais”.

¹⁴ Conforme o Instituto Brasileiro de Museus (2011, Vol. 1, p. 59), o Brasil registrava até o final da década de 1910 apenas dezesseis instituições museais. O Rio Grande do Sul, aponta o IBRAM (2011, Vol. 2, p.501), possuía apenas 2 museus no mesmo período, sendo o Museu Júlio de Castilhos, o primeiro a ser fundado, à 30 de janeiro de 1903, e o Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense o segundo, em 18 de janeiro de 1904.

em relação aos museus oitocentistas brasileiros enunciados, notou-se que, em certo grau, o MH-BPP inseria-se numa rede lógica de museus do período. Senão, resumidamente, vejamos, na existência de coleções mineralógicas, zoológicas e etnológicas, que ele estava, em algum grau, inserido no contexto de museus de História Natural do século XIX; e que a repercussão a nível local, promovida especialmente através das Conferências Públicas, por uma cientificidade ligada aos estudos das Ciências Naturais se expandia, conforme visto nos volumes I e II dos Anais da Bibliotheca Pública Pelotense, ano 1904 e 1905. Esse contexto de divulgação de ideias debatidas no plano nacional e internacional sugere-se advir da pretensão por parte da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense a uma integração com outras instituições espalhadas pelo globo. Fato é que, no ano de 1904, das 519 correspondências expedidas e recebidas, várias delas tem como destino e origem o exterior, especialmente a Europa e a América, inclusive instituições como o Museu Nacional de Buenos Aires, da Argentina (BARBIER & RIBEIRO, 2014, p.53).

Desse modo, não se descarta a possibilidade de investigação dos primeiros museus platinos, nesse caso, especialmente, o Museu Nacional de Buenos Aires, como forma de complementar os estudos já iniciados pelo projeto de dissertação. Cabe ressaltar que a cidade de Pelotas/RS, inclusive o fundador do MH-BPP, Baldomero Trápaga y Zorrilla, mantinha estreito laço de comunicação com Buenos Aires. Fato é que a influência das rádios de Buenos Aires motivaram Trápaga y Zorrilla a fundar, na cidade de Pelotas/RS, na década de 1920, a Rádio Pelotense (FERRARETTO, 2002, p.60). De outra forma, conforme trabalhos da historiadora Maria Margaret Lopes (2000 e 2001), referência nos estudos dos museus oitocentistas latino americanos, a cooperação científica entre os museus no último quartel do século XIX se intensificaram, visto que as economias de Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e México passavam por período de rearranjo econômico de viés desenvolvimentista e conservador, estando fortemente marcados por um dinamismo científico (LOPES, 2000, p.228).

Fez parte desse processo dinamizador econômico, científico, cultural, que implicou em troca de interlocutores e modelos, o curto período de apogeu dos Museus enquanto instituições privilegiadas de pesquisa em ciências naturais, entre 1870 e as primeiras décadas do século XX. E nesse período, em que se consolidavam atividades de pesquisa e ensino em centros especializados em funcionamento em diversos países latinoamericanos e, em diferentes áreas disciplinares, os museus se tornaram os espaços privilegiados para abrigar especialidades profundamente baseadas em coleções, como a Antropologia, Arqueologia, Etnografia e, Paleontologia, que ainda estavam na ordem do dia (LOPES, 2000, p.28).

À frente desses processos, no campo das Ciências Naturais, encontrar-se-ão naturalistas engajados na gestão de museus. Entre eles, Hermann Von Ihering (1850-1930), diretor do Museu Paulista por 25 anos, que em sua vinda da Alemanha ao Brasil, em 1880, residiu nas cidades gaúchas de Taquara, Guaíba, Rio Grande e São Lourenço do Sul, deixando registro de sua passagem pela região, como aponta o verbete sobre Ihering publicado no volume I dos Anais da BPP em sua página 29. Frisa-se, também, que o filho de Ihering, Rodolpho von Ihering, manteve diversificada correspondência com Henrique Carlos de Moraes, diretor do MH-BPP a partir da década de 1930 e até meados de 1980 (BARBIER & RIBEIRO, 2014, p.52). Segundo Lopes (2000, p.231), Ihering estabeleceu uma larga correspondência, cerca de 297 cartas, com Florentino Ameghino (1853/54-1911), paleontólogo e antropólogo argentino dedicado a causa da “raça” ameríndia, consolidando, assim, “um trabalho de cooperação científica ímpar no continente” (LOPES, 2001, p.73). Ademais, o registro desses *cientistas* latino americanos e a cooperação entre suas instituições ficaram registrados nas revistas científicas publicadas por diversos museus na forma de Anais, entre eles, por exemplo, os Anais do Museu Nacional de Buenos Aires, que teve colaboração, além de Ihering e Ameghino, de José Arecgavaleta – botânico uruguaio, diretor do Museu de Montevideu. Lopes dirá que

Para este período, essas publicações, ao lado das coleções são registros fundamentais da atuação dos museus, dado que abordam prioritariamente a produção científica desenvolvida pelos pesquisadores dessas ou de especialistas estrangeiros que determinaram e investigaram as coleções existentes nesses museus, em cujos periódicos, alguns publicaram os resultados de suas cooperações (LOPES, 2000, p.231).

Assim, propõem-se para esta missão de estudos uma investigação nos Anais do Museu Nacional de Buenos Aires, em vista das publicações referentes aos anos de 1904 a 1910, com fins de coletar informações referentes à formação e desenvolvimento das coleções dos museus platinos na virada do século XIX para o XX para, posteriormente, tratá-las de acordo com a metodologia estabelecida no projeto de dissertação em curso. Não se descarta a possibilidade de investigação em outras fontes, como periódicos e fundos documentais localizados em arquivos, bibliotecas e museus de Buenos Aires.

CONCLUSÃO

Desta feita, a partir desses indicadores presentes em torno do fato museal¹⁵ aqui estudado percebemos que a noção de comunidade, a que detém o compartilhamento de valores comum, no início do período republicano vai ser posta em cheque devido ao fluxo de imigrantes pobres e a expressiva população de africanos e seus descendentes agora libertos. Os fundadores do MH-BPP, parte da elite que detém o poder local e que investe em educação e na conservação de sua memória, parece notar que a homogeneização cultural estabelecida por seus "antepassados" estava em risco. A comunidade tradicional, com seus ares de harmonia, parece estar sofrendo os efeitos da modernidade e tornando-se cada vez mais heterogênea e conflituosa. Assim, não se estranha o investimento por meio de diversas conferências públicas no que tange a moralização e civismo. O que vemos, podemos assim dizer, é uma crise no seio dos interesses da elite local, uma crise no que entendem como poder. Há um conflito entre a comunidade que a elite pelotense idealiza e a comunidade concreta que vai se estabelecendo pelo progresso. Uma divergência de percepções.

O que temos percebido ao analisar essa comunidade é sua estratégia em classificar o mundo, em outras palavras, definir como o mundo está organizado através da cultura material e natural, isto é, em coisas concretas (com valores capitalismo). Nota-se, por exemplo, que eles não tinham interesse na cultura material de origem africana. Todavia, eles estavam, em seu tempo, organizando o mundo ao seu redor mediante coisas que eles "aprenderam". Eles estavam, mesmo sem aparentemente darem-se conta, compilando as informações que tinham acesso e, através dos artefatos, fazendo tipologia. Mais, o faziam de forma vertical. Ou seja, a partir de sua própria visão de mundo. Eles não estavam, aparentemente, preocupados nas informações técnicas (matéria prima, forma, função...) dos objetos - não tinham interesse em verificar tipologia, catálogo, onde foi produzido, etc. – questão, essa, bastante útil para verificar os interesses desse grupo. Pois, ao optarem por outros critérios de seleção, reflete-se, aí, o que essas pessoas pensavam sobre a comunidade onde habitavam, isto é, o entendimento do seu próprio mundo a sua própria maneira.

Nessa comunidade, os interesses patrimoniais poderiam estar voltados para determinado grupo específico de forma majoritária ou, mesmo, haver reivindicação por disputa política com grupos minoritários (de pouca expressão social). Lembramos que a ideia de progresso, para aquela época, estava fundamentada na perspectiva positivista, isto é, progresso material dessa comunidade. Sob essa perspectiva, o passado está a serviço do futuro, visto que o passado em si não é um atrativo de progresso. Para isso, ele precisa ser posto a prova e exposto. Nesse sentido, nada mais interessante que um museu para alcançar esse entendimento.

¹⁵ O conceito de "fato museal" abordado nesse trabalho é análogo ao apresentado por Bruno (1999, p.35) em sua pesquisa sobre a musealização da arqueologia. Segundo a autora, citando Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990, p. 7), fato museal "é a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu".

Assim, podemos afirmar, com segurança, que o patrimônio cultural e museus estão marcados pelo culto da idealização, que se dá, nesse caso, através da seleção, organização e exposição dos objetos provenientes da cultura material, potencializado pelo nexo de mercado cultural. Mas, sobretudo, parece-nos crível a existência de interesses menos genéricos e altruístas na constituição dessas instituições do que prevêm seus documentos e discursos oficiais, especialmente nesse momento, o da atualidade, em que pululam cada vez mais novos museus em uma sociedade cada vez mais heterogênea e plural¹⁶.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.A.. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, n.4, p.5-26, 1998.
- ABUCHAIM, V. R. **O tropeiro que se fez rei**. Porto Alegre: Mosca, 2013.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BOTTALLO, M. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.5, p.283-287, 1995.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1989.
- BOURDIEU, P. O que quer dizer falar. In: _____. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p.101-117.
- BRUNO, M.C.O. A musealização da arqueologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Edições Lusófonas, Lisboa, v.17, n.17, p.35-151, 1999.
- BRUNO, M.C.O. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: Saul Eduardo Seiguer Milder. (Org.). **As várias faces do Patrimônio**. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006. p.119-140
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHAGAS, M.S. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de sociomuseologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Edições Lusófonas, Lisboa, nº 19, p.35-68, 2002.
- CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1999.
- Declaração da Cidade de Salvador, Bahia, 2007. Disponível em <http://eu.www.mcu.es/museos/docs/MC/CIMM/Declaracion_Salvador_2007_atualizada.pdf>. Acesso em 03 maio. 2015.
- Declaração de Santiago 1972/Mesa-redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972. Tradução: Marcelo Mattos Araújo e Maria Cristina Bruno. Disponível em <http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago-1972&catid=3:declaracao-de-santiagodo-chile-1072&Itemid=3>. Acesso em 03 maio. 2015.
- ELIAS, N. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA, 1985.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ETCHEVERRY, J.V. **Coleção cadernos de Pelotas: Biblioteca Pública Pelotense, nº 23**. Pelotas, 1995.
- ETCHEVERRY, J.V. **Coleção cadernos de Pelotas: Biblioteca Pública Pelotense, v. 2, nº 35**. Pelotas, 1996.
- FERRARETTO, L.A. **Rádio no Rio Grande do Sul – anos 20, 30 e 40 : dos pioneiros às emissoras comerciais**. Canoas: ULBRA, 2002.
- FILIPPE, Graça. O poder dos museus: reflectindo sobre as missões e a sustentabilidade dos museus, em teoria e na prática. **Encontro Museus e sustentabilidade financeira**, ICOM, Museu Nacional Soares Reis, Portugal, p.1-9, 2011.
- FUNARI, P.P.A. Considerações sobre o profissional de museus e sua formação. IN: _____. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim: Habilis Editora, 2007. p.97-106.

¹⁶ Funari (2007, p.98) dirá que "em uma sociedade aberta, há uma pluralidade de opiniões e deveria, pois, haver diferentes relatos do mundo material exposto no museu (BAKER 1991: 58-59). Este pluralismo implica em subverter o discurso da autoridade que prevalece na exposição de uma única versão, a verdade dos que controlam o poder (Potter n.d.: 3-7)".

HOBBSBAWM, E.J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWM, E.J. Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBBSBAWM, E; RANGER, T (ed.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.9-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números – Vol. 1**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus em números – Vol. 2**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. [versão digital]

LOPES, M.M. **As ciências naturais e os museus no Brasil no séc. XIX**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, v.17, p.63-201, 1998.

MAGALHÃES, M.O. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 -1890)**. Pelotas: EdUFPEL; Editora Livraria Mundial, 1993.

MARÍN TORRES, M.T. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: Trea, 2002.

MENESES, U.T.B. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.15-88.

MENESES, U.T.B. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 207-222, 1993.

MENESES, U.T.B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n.21, p.89-102, 1998.

MONQUELAT, A.F. & PINTO, G. **Pelotas no tempo dos chafarizes**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2012.

MONQUELAT, A.F. **Desfazendo mitos: notas à história do Continente de São Pedro**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2010.

MONQUELAT, A.F. **Pelotas dos excluídos (subsídios para uma história do cotidiano)**. Pelotas: Livraria Mundial, 2014.

PERES, E.T. **O templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1877-1915)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

PERES, Eliane. Sob (re) o silêncio das fontes... a trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2 [4], p. 75-102, 2012.

PEZAT, P. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, 2006.

POMIAN, K. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa, v. 1, p. 51-86, 1984.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y sociedad**, Madrid, n. 27, p. 63-76, 1998.

REZENDE, M.G. **Silêncio e esquecimento: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1933 – 1986)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

RUBIRA, L. Apresentação Almanaque do Bicentenário de Pelotas (Vol2). In: _____. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas – Volume 2**. Santa Maria: PRO-CULTURA-RS, Pallotti, 2014. p.17-57.

SANTOS, M.S. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n. 55, p.53-73, 2004.

SANTOS, M.S. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Sociedade e estado**. [online]. vol.15, n.2, p.271-302, 2000.

SANTOS, M.S. Políticas de memória na criação dos museus brasileiros. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, v.19, n.19, p.115-137, 2002.

SCHEINER, T.C. O museu como processo. **Cadernos de diretrizes museológicas**, Belo Horizonte, v.2, p.34-47, 2008.

SCHWARCZ, L.K.M. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX”. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, D.G. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2013. p.119 – 144.

SCHWARCZ, L.K.M. Nascimento dos museus no Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vertice, 1989. p. 28 – 90.

SILVA, A.C.F. da. **O museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos (1903-1925)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Museologia), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.